

# CONDICIONAMENTOS LINGÜÍSTICOS PARA A OCORRÊNCIA DO SUJEITO NULO EM UMA COMUNIDADE DE FALA

Elisângela Gonçalves da SILVA<sup>1</sup> (UESB)

**RESUMO:** Neste artigo, apresentamos os resultados de uma pesquisa realizada sobre a realização vs. a não-realização do sujeito nulo no português brasileiro falado, obtidos em dados de 30 (trinta) informantes da comunidade lingüística de Vitória da Conquista-BA. A análise fundamenta-se em alguns pressupostos da Teoria Gerativa, mais especificamente do modelo de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981), assim como utiliza o modelo metodológico-teórico da Sociolingüística Variacionista na quantificação dos dados. Focalizamos, neste trabalho, os fatores condicionadores lingüísticos e verificamos que esta comunidade lingüística apresenta um significativo uso do sujeito nulo.

**ABSTRACT:** In this paper, results are presented from a study on the realization vs. non-realization of the null subject in spoken Brazilian Portuguese. Data were collected with thirty informants from the linguistic community of the city of Vitória da Conquista, which is located in the southeastern region of the Brazilian state of Bahia. The analysis was based on the Generative Theory, rather the model of Principles and Parameters (CHOMSKY, 1981), and the theoretical-methodological model for the quantification of the data was based on variationist sociolinguistics. In this study, we focused on the dependent variables (the linguistic condition factors) concerning the occurrence or non-occurrence of the null pronominal subject. We observed that this linguistic community presents a significant use of the null subject.

## 1. Introdução

As línguas, ao mesmo tempo em que exibem inovações, mantêm-se coesas. Possuem as contrapartes fixa e heterogênea, apresentando unidade em meio à diversidade. De um lado, há o impulso à convergência; de outro, existe a propensão à variação e possivelmente à mudança. Isso só se dá porque a variação lingüística é inerente e motivada.

Nessa perspectiva é que desenvolvemos um estudo sobre o português falado pela comunidade lingüística de Vitória da Conquista, localizada no Sudoeste da Bahia, a fim de verificarmos se há variação ou mudança no que diz respeito ao uso por tal comunidade do fenômeno lingüístico denominado “sujeito nulo” (o “sujeito oculto”, na nomenclatura da gramática normativa).

Este tem sido um fenômeno muito pesquisado por diversos estudiosos brasileiros, a fim de se caracterizar o português brasileiro (PB) como uma língua pertencente ou não ao grupo de línguas *pro-drop* (línguas de sujeito nulo).

Pretendemos com este trabalho dar nossa contribuição para esta caracterização do português como língua de sujeito nulo ou língua de sujeito preenchido. Para tanto, lançamos mão de dados de fala, que são analisados a partir de alguns pressupostos teóricos da Teoria Gerativa e com base na metodologia probabilística e quantitativa da Teoria da Variação, assim como tem procedido outros pesquisadores brasileiros, como Tarallo (1993), Duarte (1993, 1995), Menon (1994).

## 2. Pressupostos teóricos e revisão da literatura

O fenômeno do Sujeito Nulo aparece nas gramáticas normativas da língua portuguesa sob o rótulo mais geral de elipse, ou mais especificamente, como um tipo de sujeito – o sujeito oculto: “aquele que não está materialmente expresso na oração, mas pode ser identificado”, segundo Cunha (1986, p. 140). A identificação do sujeito é atribuída à desinência verbal e, em seguida, à presença próxima do sujeito nominal.

O argumento da flexão do verbo é o mais invocado por todos os autores como justificativa para a omissão do sujeito, que é dada como sua expressão mais natural. Para Cunha (1986), os pronomes sujeitos *eu, tu, ele, nós, vós, eles* são geralmente omitidos em português, porque as desinências verbais bastam para identificar a pessoa a que se refere o predicado e o núcleo gramatical dessa pessoa.

---

<sup>1</sup> E-mail para contato: angellsilva@hotmail.com.

Admite-se a presença do pronome, conforme esse autor, quando se quer chamar a atenção para a pessoa do sujeito de maneira enfática, quando o propósito é o de opor duas pessoas diferentes, ou por ser a forma verbal comum à 1ª e à 3ª pessoa do singular, sendo necessário evitar-se o equívoco.

Este também é o ponto de vista de Said Ali (1999, p. 210). Quanto à elipse do pronome pessoal sujeito, este afirma que “[...] é de notar que a noção de sujeito de 1ª, 2ª e 3ª pessoa já vem indicada na própria desinência verbal. A presença do pronome só é necessária quando queremos chamar a atenção para o sujeito. Fora disso é vocábulo dispensável”.

A mesma posição é mantida por Bechara (1999, p. 409), que diz que “não se pode falar, a rigor, de elipse do sujeito quando aparece apenas o núcleo verbal na oração [...], já que aparece sempre presente na forma verbal flexionada no morfema que representa o sujeito gramatical (1ª, 2ª e 3ª pessoas, do singular ou plural)”.

Mais adiante o autor continua:

a necessidade de explicitação do sujeito gramatical mediante um sujeito explícito é ditada pelo texto; [...] portanto, não se trata de ‘elipse’ do sujeito, mas de ‘acréscimo’ de expressão que identifique ou explicita a que se refere o sujeito gramatical indicado na desinência do verbo finito flexionado. (BECHARA, 1999, p.592).

Desse modo, podemos perceber que três dos principais representantes da gramática normativa apontam situações de ênfase e ambigüidade como justificativas para a ocorrência do pronome sujeito. Para fechar, citamos a seguinte passagem de Bechara (1999, p. 592): “em português, salvo nos casos de ênfase ou contraste, não se explicita o sujeito gramatical mediante os pronomes sujeitos de 1ª e 2ª pessoas do singular e do plural”.

O modelo de Princípios e Parâmetros, Teoria de Regência e Ligação (*Government and Binding – GB*) (CHOMSKY, 1981), assume a língua como um sistema constituído de Princípios, leis universais, invariáveis, que valem para todas as línguas naturais e de Parâmetros, conjuntos de propriedades de escolha binária que podem variar de uma língua para outra. Nesse modelo, a questão da presença ou ausência de pronome sujeito vai ser colocada dentro de um parâmetro que opõe as línguas que admitem sujeito nulo (línguas *pro-drop*), a exemplo do espanhol e do italiano, às línguas de sujeito preenchido (línguas não *pro-drop*), a exemplo do inglês e do francês, denominado Parâmetro do Sujeito Nulo.

- (1) a. cv<sup>2</sup> Vimos a Juan<sup>3</sup>. (espanhol) (HAEGEMAN, 1994, p. 456)
- b. cv Vediamo Gianni. (italiano)
- c. We see Juan. (inglês) (HAEGEMAN, 1994, p. 456)
- d. Nous voyons Jean. (francês) (HAEGEMAN, 1994, p. 456)  
    ((Nós) Vemos João.)

Quanto aos pesquisadores que se voltam para a questão do Sujeito Nulo, podemos dividi-los em dois grandes grupos, como demonstrado a seguir:

De um lado, encontramos aqueles para os quais o PB está deixando de apresentar a possibilidade de sujeito nulo<sup>4</sup>:

- a. Tarallo (1993b), cuja análise lança mão dos pressupostos da Gramática Gerativa para a interpretação dos resultados quantitativos;
- b. Duarte (1993, 1995), que examina dados quantitativos, interpretando-os à luz da Gramática Gerativa;
- c. Menon (1994), cuja análise se dá no mesmo padrão da de Duarte.

Do lado oposto, encontramos aqueles que consideram que o PB continua a demonstrar a propriedade do sujeito nulo:

- Negrão & Müller (1996), cuja análise se baseia somente na Gramática Gerativa;  
Nicolau (1995), cuja análise se baseia estritamente na Gerativa;  
Paredes Silva (1988), cuja análise se baseia estritamente na Sociolingüística Variacionista;  
Oliveira (1990), cuja análise se baseia estritamente na Sociolingüística Variacionista.

Enquadramo-nos no primeiro grupo, tendo em vista que, a exemplo de Duarte, propomo-nos a examinar dados quantitativos, analisando-os com base em alguns pressupostos gerativistas.

<sup>2</sup> Cv é a abreviatura para categoria vazia (o mesmo que sujeito nulo).

<sup>3</sup> Os exemplos em 1 (a, c, d) foram retirados de Haegeman (1994, p. 456); o exemplo em 1(b) foi por nós traduzido para o italiano.

<sup>4</sup> Há outros trabalhos que não serão apontados aqui.

### 3. Procedimentos metodológicos

Procuramos observar se o fenômeno (variável dependente) *sujeito nulo* se encontra em variação estável ou em mudança em progresso nos dados estudados.

Para desenvolver-se a pesquisa, como já foi dito, a comunidade lingüística estudada é a do município de Vitória da Conquista, localizada na região Sudoeste da Bahia, que tem cento e sessenta e seis anos de existência, que possui população total de 262.585 habitantes, dentre estes 127.544 homens e 135.041 mulheres, densidade demográfica de 81,94 habitantes por km<sup>2</sup>, taxa de urbanização de 85,85, população residente urbana de 225.430 e rural de 37.155 habitantes, apresentando uma taxa de crescimento anual de 2.05. A média de moradores por domicílio é de 3.52<sup>5</sup>.

Com extensão territorial de 3.743 km<sup>2</sup>, está a 509 Km de distância da capital do estado, Salvador, e a 1790 km de Brasília (capital do país). É cortada por duas rodovias federais (BR 116 e BR 415), duas estaduais (BA 262 e BA 265) e outras vicinais (todas com pavimentação asfáltica).

A construção da BR-116 nos anos 40, pavimentada na década de 60, favoreceu o processo de crescimento da cidade, uma vez que possibilitou a articulação da região com os principais centros do país.

Em seus primórdios, o município de Vitória da Conquista foi caracterizado pela agricultura de subsistência baseada no trabalho familiar. Durante cerca de vinte anos, a cafeicultura foi sua principal atividade agrícola (iniciada na década de 70), sendo a cidade conhecida, por muito tempo, como a “terra do café”<sup>6</sup>. Com a crise cafeeira, houve o crescimento da periferia da cidade e o adensamento dos problemas sociais, pois os trabalhadores, não tendo mais emprego no campo, migraram para a zona urbana, onde a grande maioria não conseguiu ser inserida no mercado formal de trabalho, passando a atuar no setor informal da economia.

Na área de educação, o município conta, atualmente, com o funcionamento de uma universidade estadual (a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB), uma unidade da Universidade Federal da Bahia (curso de Medicina) e três institutos particulares de ensino superior: o Instituto Superior Juvêncio Terra, a Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC) e a Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR). Vitória da Conquista possui ainda escolas públicas (municipais e estaduais) de níveis fundamental e médio, além de creches e pré-escolas. Existem também duas escolas técnicas, o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET- de nível médio e superior) e a Escola Agrotécnica Sérgio de Carvalho. Isso fez com que a cidade crescesse demograficamente e se desenvolvesse bastante, agregando pessoas de diferentes municípios não só da Bahia, como do estado vizinho, Minas Gerais.

#### 3.1 Da população e amostragem

O número de informantes que compõe a amostragem da população é 30, distribuídos da seguinte forma:

**Quadro 1- Número de informantes por grupo de fator condicionador**

FAIXA ETÁRIA	NÍVEL DE ESCOLARIZAÇÃO			
	Fundamental		Superior	
	Gênero Masculino	Gênero Feminino	Gênero Masculino	Gênero Feminino
1	03	03	---	---
2	03	03	03	03
3	03	03	03	03
<b>Total</b>	09	09	06	06
<b>TOTAL GERAL: 30</b>				

#### 3.2 Da seleção dos informantes

Objetivando selecionar os informantes que constituem a amostragem da população, foi utilizada a técnica de amostra aleatória por área.

Inicialmente, foram sorteados 5 (cinco) bairros, e, em seguida, 2 (duas) ruas por bairro, onde foi aplicado um total de 500 (quinhentos) questionários, com vistas a selecionar os prováveis informantes. A

<sup>5</sup> Dados do IBGE 08/2000 cedidos pelo mesmo.

<sup>6</sup> Em Vitória da Conquista, atualmente, o café não mais constitui o principal produto de comercialização.

partir da lista nominal dos informantes selecionados pelo primeiro questionário (Anexo 1), foram escolhidos, através da técnica de amostra aleatória simples, os 48 (quarenta e oito) que compunham a amostragem final.

Foram coletados dados de 48 informantes: (a) 24 homens e 24 mulheres; (b) 12 informantes da faixa etária 1, 18 da faixa etária 2, 18 da faixa etária 3; (c) 18 informantes do nível fundamental, 18 do nível médio, 12 do nível superior de escolarização. O fato de haver uma menor quantidade de informantes na faixa etária 1 no nível superior se deve à falta de informantes entre 15 a 25 anos com nível superior no município que fossem naturais deste e que se enquadrassem nas exigências estabelecidas pela pesquisa da Sociolinguística Variacionista. No decorrer do trabalho, chegamos também à conclusão de que seria melhor trabalharmos apenas com 30 (trinta informantes), excluindo da análise os informantes de nível médio, pois a diferença entre este nível intermediário e os demais (fundamental – mais baixo – e superior – mais alto) não parecia ser significativa para a variável dependente estudada, o que se confirmou, posteriormente, após as rodadas do VARBRUL.

Na escolha dos informantes, foram observados os seguintes requisitos:

- a) ser natural de Vitória da Conquista ou morar nesta cidade desde os 5 (cinco) anos de idade.
- b) nunca ter passado mais do que dois anos consecutivos fora desta cidade.

### 3.3 Dos Instrumentos de pesquisa e coleta de dados

Para obter os dados que compõem o *corpus* da pesquisa, foi, inicialmente, aplicado um questionário, que possibilitou a seleção dos informantes, e, em seguida, após definição da amostragem, aplicou-se uma ficha social (Anexo 2), com o objetivo de se manter o primeiro contato com os informantes, visando à minimização do “paradoxo do observador”, como salienta Labov (1972).

Vencidas essas duas etapas preliminares, na seguinte, foi feita, individualmente, uma entrevista que versava sobre a violência no município de Vitória da Conquista, no Brasil e no mundo, levando-se em consideração, é claro, as especificidades de cada informante, detectadas a partir da ficha social anteriormente aplicada. Cada entrevista teve a duração de aproximadamente 60 (sessenta) minutos.

Os dados resultantes da entrevista foram, posteriormente, transcritos grafematicamente.

### 3.4 Dos fatores condicionadores

Ao tomarmos como base a metodologia da Teoria da Variação, assumimos que a variação e a mudança são motivadas tanto por fatores internos (lingüísticos) como por fatores externos à língua (extralingüísticos). Assim sendo, na análise da variável lingüística dependente a ser pesquisada, constituída por um grupo binário: sujeito pronominal nulo *versus* sujeito pronominal preenchido, consideramos as variáveis independentes (fatores condicionadores) lingüísticas: (a) referencialidade do sujeito, (b) categoria sintagmática do antecedente, (c) tipo sintático de oração, (d) tipo de verbo, (e) pessoa e número gramaticais, (f) o tempo e a forma verbais; e extralingüísticas: (a) gênero, (b) faixa etária, (c) nível de escolarização. Voltamos a afirmar que, neste estudo, consideraremos apenas os fatores lingüísticos.

## 4. Resultados e discussão

Verificamos, a partir da quantificação e interpretação dos dados, que o português brasileiro falado nesta comunidade, no momento atual, não demonstra estar se afastando do grupo de línguas de sujeito nulo em direção ao seu preenchimento (mudança) nem apresenta um uso superior do sujeito nulo, tendo em vista que das 1775 ocorrências, 0,54 apresentam sujeito nulo, 0,47 apresentam sujeito pleno, registrando-se um diferencial de 0,08 de peso relativo entre as variáveis estudadas. Desse modo, verificamos o que se chama na Sociolinguística Variacionista de **variação estável**, ou seja, as duas variantes convivem “pacificamente” (sem uma estar tomando o lugar da outra). Se o português brasileiro tivesse perdido essa propriedade, marcando-a negativamente, não se esperaria verificar nos dados dos falantes índices altos de construções com sujeitos nulos, mas apenas com plenos. No entanto, o fato de o PB marcar positivamente essa propriedade não o impede de apresentar tanto sujeitos pronominais nulos como plenos.

### 4.1 Referencialidade do sujeito

Lyons (1977) estabelece a distinção entre referência, expressão e referente. A referência é a relação existente entre uma expressão (escrita ou falada) e aquilo que esta designa ou representa em momentos

particulares da sua enunciação. Referente, por sua vez, designa qualquer objeto ou estado-de-coisas no mundo exterior, cuja identificação se dá por meio de uma palavra ou expressão.

Numa oração, como:

- (2) Um policial, quando ele pega uma pessoa de nível superior, é tratamento de primeira qualidade né.  
(M1f1)

ao utilizar as expressões um policial e ele, o informante remete o ouvinte à pessoa do policial (o referente). É a partir dessa relação entre expressão e referente que se dá a referência. Logo, referência consiste no conceito mediador entre a palavra (ou a expressão) e o referente.

Cyrino, Duarte e Kato (2000) propõem (para nomes e pronomes – sujeitos e objetos) a escala de referencialidade mostrada abaixo:

(3)

#### I. Hierarquia Referencial

não-argumento proposição/predicado [-humano] [+humano]

3 p. 3 p. 3a p. 3a. , 2a., 1a p.

<sup>7</sup>[-espec] [+espec]

[-ref] < -----> [+ref.]

Com base na escala acima, a 1ª, a 2ª e a 3ª pessoa com os traços [+referencial], [+específico] e [+humano] ocupam a posição mais elevada na hierarquia, e, por outro lado, o não-argumento (expletivo), cujos traços são: [-referencial], [-específico], ocupa a posição mais baixa. Encontram-se entre os dois extremos a 3ª pessoa que possui o traço [-humano] e a 3ª pessoa que retoma uma proposição/predicado (o pronome oblíquo o, como na sentença: “A festa terminou em confusão. Eu o disse”). À medida que o pronome (ou o nome) vai ocupando uma posição mais elevada na escala, seus traços de especificidade, referencialidade e humanidade se reduzem.

A referencialidade, atrelada à especificidade e aos traços [+/- humano], constitui fator relevante para o trabalho aqui proposto, visto que partimos do princípio (cf. CYRINO, DUARTE e KATO, 2000) de que quanto mais [humano, específico e referencial] for o referente, maior será o preenchimento do sujeito pronominal.

A partir da generalização comentada, as autoras propõem a Hipótese do Mapeamento Implicacional, segundo a qual

a. quanto mais referencial, maior a possibilidade de um pronome lexical, não-nulo;

b. uma variante nula em um ponto específico da escala implica uma variante nula à sua esquerda, na hierarquia referencial. (CYRINO, DUARTE e KATO, 2000, p. 4)

Segundo Galves (1987), no PB, o sujeito referencial geralmente é expresso por um pronome, enquanto o sujeito nulo assume o estatuto de um sujeito genérico, conforme os exemplos abaixo:

- (4) a. A Maria, , **ela**, usa saia em dia de defesa.

b. cv não usa mais saia em dia de defesa.

Negrão e Müller (apud KATO, 2002), por sua vez, afirmam que o sujeito com antecedente referencial aparece preenchido, enquanto o sujeito com antecedente quantificado é nulo:

- (5) a. Os homens acham que (**eles**) são mais fortes que as mulheres.

b. Nenhum homem acha que (?**ele**) é machista.

As autoras, no entanto, fazem a ressalva de que os falantes jovens estão começando a empregar o pronome lexical referente a sujeito com quantificadores como **todo(s)** e **cada**, exceto com o quantificador **ninguém**.

Nossos dados estão conformes com o que prevêem Cyrino, Duarte e Kato (2000), ou seja, quanto menos humano e específico o sujeito, maior será a incidência de sujeitos pronominais nulos. Dessa forma, são a 3ª pessoa com os traços semânticos [-humano/-específico] e a 3ª pessoa com os traços [-humano/+específico] as que apresentam o maior número de orações com pronominais nulos. Por outro lado, são as 1ª e 2ª pessoas com os traços [+humano,+específico] as que apresentam ocorrências mais baixas de sujeito nulo, de acordo com o gráfico 1 abaixo.

<sup>7</sup> A abreviatura [espec] corresponde a específico e [ref] a referencial.

- (6) a. [...] e seus filhos conversassem com seus pais para conservar sobre as coisas<sub>i</sub> que  $cv_i$  passa. (M1f1<sup>8</sup>)  
 b. Mas no caso aí das regiões da Bahia<sub>i</sub> que, com o comércio mais desenvolvido,  $cv_i$  faz com que as pessoas hoje em dia estejam praticando mesmo a violência. (F1f6)

Tabela 1. - Sujeito nulo, de acordo com a referencialidade do sujeito

Referencialidade do sujeito	N	TOTAL	%	p. r.
3ª p. [-humano,-específico]	120	133	90	0,85
3ª p. [-humano,+específico]	145	161	90	0,85
3ª p. [+humano,-específico]	604	817	74	0,65
3ª p. [+humano,+específico]	351	569	62	0,48
1ª e 2ª p. [+humano,+específico]	196	711	28	0,21

O resultado da análise indica que, no português brasileiro, está havendo uma expansão no uso de construções do tipo discutido por Galves (1987): “ $cv$  não usa mais saia em dia de defesa”. A escala de hierarquia proposta por Cyrino, Duarte e Kato (2000), em que o previsto é que o sujeito genérico apareça em sua forma nula, vem corroborar para tal proposta.

- (7) PerdeØ a segurança nos policiais e tal. (M1f2)

Para que o sujeito fosse preenchido, na construção acima, seria necessária uma correferência deste com um antecedente no discurso.

Não houve caso algum de sujeito preenchido quando se tratava de um sujeito na encaixada cujo sujeito na matriz era uma expressão quantificada do tipo “nenhum/todo + SN” (Nenhum homem acha que (?**ele**) é machista), apresentado por Negrão e Muller (apud KATO, 2002); apenas com nulos, como exemplificado abaixo:

- (8) Todo mundo<sub>i</sub> que  $cv_i$  carrega um dinheirinho no bolso... (M3f33)

Também não houve ocorrência de sujeito pleno em subordinadas cujo antecedente é o quantificador todos, que se comporta como o pronome ninguém:

- (9) a. Todos<sub>i</sub> têm que pagar pelo que  $cv_i$  devem. (M3f32)  
 b. Ninguém<sub>i</sub> poderá dizer que não  $cv_i$  tem medo de violência. (M2f15)

#### 4.2 Categoria sintagmática do antecedente

Neste grupo de fatores, levamos em conta o tipo de expressão a que o sujeito pronominal nulo se encontra correferencial na sentença ou no discurso. Por exemplo, em:

- (10) Muita gente<sub>i</sub> tá ali porque  $cv_i$  não tem condições de pagar um exame. (F3f34)

a categoria vazia presente na oração encaixada (porque  $cv_i$  não tem condições de pagar um exame) está correferencial ao antecedente da oração matriz muita gente.

Neste trabalho, verifica-se maior peso relativo de nulos quando o antecedente é: uma expressão quantificada e uma categoria vazia:

- (11) Todos<sub>i</sub> têm que pagar pelo que  $cv_i$  devem. (M3f32)

[...] e  $cv_i$  tiveram a força de vontade de mudar de vida e  $cv_i$  mudaram. (ref. “jovens da comunidade religiosa de que o informante participa”) (M1f16)

Quando o sujeito é identificado no contexto ou no discurso e quando este possui como antecedente um SN, também é representativa a ocorrência de sujeitos nulos, conforme podemos observar na tabela abaixo.

Ressaltamos que consideramos o fato de haver um elevado peso relativo de sujeitos nulos cujo antecedente é uma expressão quantificada como uma indicação de que o PB continua a apresentar a propriedade de sujeito nulo, visto que, em línguas que não apresentam essa propriedade, como o inglês, nesse contexto, o sujeito é sempre preenchido.

<sup>8</sup> Na apresentação dos dados, identificam-se os informantes com uma seqüência de letras e números, em que o primeiro indica o gênero (M(asculino) ou F(eminino)), o segundo representa a faixa etária do informante (1 (15-25 anos), 2 (26-49 anos), 3 (+50 anos)), o terceiro, seu nível de escolarização (f(undamental), s(uperior)) e, por fim, consta o número com que identificamos cada informante, conforme este exemplo: M2s27 significa que o falante pertence ao gênero masculino, à faixa etária 2, possui nível superior de escolarização, consistindo no falante de número 27.

Tabela 2. - Sujeito nulo, de acordo com a categoria sintagmática do antecedente

Categoria sintagmática do antecedente	N	TOTAL	%	p. r.
Expressão quantificada	80	86	93	<b>0,85</b>
Categoria vazia	487	698	70	<b>0,62</b>
Contexto/discurso	161	281	57	<b>0,60</b>
SN	446	610	73	<b>0,57</b>
Sem antecedente (dêiticos)	167	462	36	0,41
Pronome lexical	224	799	28	0,31

#### 4.3 Tipo sintático de oração

Como esperávamos, em contextos iniciais (sentenças absolutas, matrizes e primeira coordenada), há maior quantidade de pronominais preenchidos do que nas encaixadas (subordinadas), justamente pelo fato de, muitas vezes, ser a primeira vez que o sujeito é mencionado, não contando com um antecedente em outra sentença. No entanto, se o sujeito não conta com um antecedente na sentença, pode, por outro lado, contar com um antecedente no discurso, um tópico discursivo, portanto, nada impede a ocorrência de sujeito nulo (*pro*) nesse contexto.

Com relação às orações encaixadas com sujeito correferente ao da oração principal e às segundas coordenadas em diante, é sabido que, em línguas de sujeito nulo, como o italiano, em tais estruturas, o sujeito pronominal é nulo. Assim, decidimos excluir deste estudo as últimas, que contam com sujeito correferente, pois se trata praticamente de contexto categórico de realização de sujeito nulo.

Observamos que há uma variação estável, neste grupo de fatores, no que diz respeito ao emprego de sujeito nulos e preenchidos, ou seja, alguns tipos sintáticos favorecem o emprego dos primeiros e outros o dos últimos. O fato de o sujeito estar correferente a um antecedente na sentença pareceu não ser preponderante para a ocorrência do sujeito vazio, visto que são representativas tanto a oração substantiva com sujeito correferente quanto a coordenada com sujeito não-correferente. Estamos falando da correferencialidade existente entre uma categoria vazia da oração encaixada e o sujeito da oração matriz. No que diz respeito aos sujeitos de contextos iniciais (absoluta, matriz e primeira coordenada), assumimos que também há correferencialidade entre eles e um antecedente presente no discurso: um tópico discursivo. Assim sendo, assumimos que só não haverá correferencialidade do sujeito com relação a um antecedente no caso de pronomes arbitrários (indeterminados). Aliás, conforme temos afirmado, são estas as duas formas do sujeito *pro* se realizar no PB: (a) por meio da correferência com um sujeito da matriz (em orações encaixadas); (b) por meio da correferência com um tópico discursivo; logo, o PB não deixou ou está deixando de apresentar a propriedade de sujeito nulo.

Chamamos a atenção para o fato de que, embora a correferência do pronome com um sujeito da matriz leve à realização do sujeito nulo, mesmo em orações com sujeito não-correferente, registra-se elevado índice de sujeito nulo, como na coordenada com sujeito não-correferente.

Tabela 3. - Sujeito nulo, de acordo com o tipo sintático de oração

Tipo sintático de oração	N	TOTAL	%	p. r.
Substantiva com sujeitos correferentes	29	51	57	<b>0,71</b>
Coordenada com sujeitos não-correferentes	399	626	64	<b>0,65</b>
Substantiva com sujeitos não-correferentes	111	202	38	0,46
Adverbial sujeitos correferentes	79	158	50	0,45
Contextos iniciais	75	194	39	0,43
Adverbial sujeitos não-correferentes	359	942	38	0,38

#### 4.4 Tipo de verbo

Haegeman (1994) classifica como transitivo aqueles verbos que possuem dois argumentos (externo – sujeito e interno – objeto) e atribuem dois papéis temáticos, devendo marcar com Caso seu complemento<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Em uma construção, como “Eles *mataram* ela”, o verbo *matar* atribui o papel temático AGENTE ao sujeito *eles* e o papel temático PACIENTE ao objeto direto *ela*. Com relação ao caso, o verbo atribui somente o Caso Acusativo ao seu argumento interno, pois ao argumento externo é a flexão verbal que atribui o Nominativo.

A estrutura com este tipo de verbo pode ser de três formas: SU V OD, como em (9a), SU V OI, como em (9b) e SU V ODI, como em (9c):

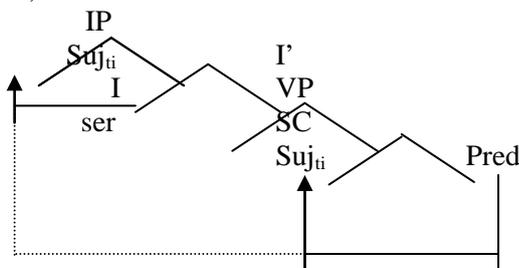
- (12) a. Ele *mata* realmente quem fez mal a ele. (ref. “Mel Gibson, no filme *Coração Valente*) (M2s27)  
 b. Ele *bateu* no fundo da moto. (ref. “um rapaz que estava em um carro”) (M1f3)  
 c. Se ela vai *comprar* alguma coisa para ela comer. (ref. “a criança”) (M2f15)

Classificamos como verbo intransitivo aquele que Haegeman (1994) e Raposo (2000) determinam como tendo apenas um argumento externo, que pode ser foneticamente preenchido ou nulo.

- (13) a. É uma coisa horrenda eh saber que outros seres humanos pertenciam outros seres humanos eh cy *apanhavam*. (M3s45)  
 b. Eu conheci uma colega que cy *trabalhava* num determinado colégio aqui. (F3s48)

Os verbos predicativos (tradicionalmente chamados de ligação), numa visão gerativista, são aqueles que, diferentemente dos outros tipos de verbo, não selecionam argumentos e, conseqüentemente, não podem atribuir papel temático. Neste tipo de construção, é o adjetivo (predicado) que atribui papel temático ao argumento por ele selecionado. Nesse sentido, os verbos predicativos divergem dos verbos inacusativos; todavia, assemelham-se a estes pelo fato de não atribuírem Caso Acusativo, movendo-se, portanto, o argumento para a posição de sujeito onde recebe este Caso da flexão verbal, conforme representado abaixo:

(14)



- (15) a. Nós *fomos* vítimas de agressão. (F2f18)  
 b. Tem policial que ele *é* justo. (F2f18)

Dentro da tradição gerativa, são conhecidos como verbos inacusativos aqueles que, apesar de possuírem um argumento interno (objeto direto) a que deveriam atribuir o Caso acusativo, não o fazem. Dessa forma, tal argumento interno, por não poder ficar sem Caso, é movido para a posição de sujeito, a fim de receber o Caso nominativo.

Para Raposo (2000), as orações com estes verbos são superficialmente intransitivas (contêm um sujeito e não contêm um objeto direto), embora, em estrutura profunda, exatamente o inverso seja verdadeiro (contêm um objeto direto e não contêm um sujeito).

A classe dos verbos inacusativos inclui verbos existenciais, como acontecer, surgir, ocorrer; verbos cujo argumento único é um tema, como cair, chegar, desmaiar, nascer etc.; e também alguns dos verbos semanticamente “de entrada ou saída de cena”, como aparecer, desaparecer, chegar, partir, entre outros.

- (16) a. Aí cy *chegou* no anel viário. (ref. “o seqüestrador”) (M1f3)  
 b. Então é um grupo que cy *nasceu* no ano passado. (F3s48)

Observemos as construções abaixo de modo a compreendermos em que consistem os verbos ergativos:

- (17) a. André<sub>AGENTE</sub> *quebrou* o vaso<sub>PACIENTE</sub>.  
 b. O vaso<sub>PACIENTE</sub> *quebrou*.

Em (17a), há um sujeito agente (André) que praticou uma ação sobre o objeto o vaso cuja função semântica é paciente. Na segunda construção, em (17b), o sujeito agente está omitido, podendo o objeto mover-se para a sua posição, passando a sujeito, só que continuando a ser paciente.

Em nossas análises, constatamos que o predicativo e o intransitivo são os tipos verbais que mais aparecem com o sujeito nulo. Estes verbos possuem em comum o fato de ambos possuírem um sujeito na

posição pré-verbal (posição canônica do sujeito na língua portuguesa): SVO, SVPredicativo, respectivamente, não havendo o “problema” de poder-se confundir o objeto com sujeito ou vice-versa (quando o sujeito se encontra posposto ao verbo).

- (18) a. Acho que eu até morro na hora, mas Deus é mais, né? Mas desesperado a gente fica, porque não é fácil. (F3f35)  
 b. Eu conheci uma colega que cv trabalhava num determinado colégio aqui. (F3s48)

Tabela 4.-Sujeito nulo, de acordo com o tipo de verbo

Tipo de verbo	N	TOTAL	%	p. r.
Predicativo	325	465	70	<b>0,69</b>
Intransitivo	51	73	70	<b>0,60</b>
Inacusativo	187	328	57	0,49
Transitivo	1027	2113	49	0,46
Ergativo	6	11	55	0,41

#### 4.5 Pessoa e número gramaticais

Julgamos pertinente, para a análise do sujeito nulo, a noção de pessoa proposta por Benveniste (1995), baseado nos gramáticos árabes. Este classifica as pessoas verbais da seguinte forma: a 1ª pessoa é “aquele que fala”; a 2ª, “aquele a quem nos dirigimos”; a 3ª, “aquele que está ausente”. Tal noção revela a disparidade entre a terceira e as duas primeiras pessoas.

Nas duas primeiras pessoas, há ao mesmo tempo uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. Eu designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”: dizendo eu, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por eu e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, eu enuncia algo como um predicado de “tu”. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu”; essa forma é assim exceptuada da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam. Daí, ser questionável a legitimidade dessa forma como “pessoa”. (BENVENISTE, 1995, p. 250)

Segundo Benveniste, a “terceira pessoa” é empregada, de fato, quando se designa a não-pessoa, e, sobretudo, na chamada expressão impessoal. Em muitas línguas, ela é a forma não-marcada (com desinência zero), ao contrário do inglês, em que se marca justamente a terceira pessoa do singular: *he/she/it dances* em contraposição a *I, you, we, they dance*.

As pessoas eu e tu possuem uma *unicidade* específica, pois o eu é aquele que enuncia; o tu a pessoa a quem o eu se dirige; mas o ele, ao contrário, pode constituir qualquer sujeito ou nenhum.

Eu e tu se opõem a ele, pois os primeiros constituem membros de uma correlação – correlação de personalidade: o par “eu-tu” é dotado da marca de pessoalidade, enquanto a terceira pessoa não.

Essa distinção feita por Benveniste parece ser verificada no português brasileiro em trabalhos como o de Duarte (1995), por exemplo, em que há um preenchimento maior do sujeito nas duas primeiras pessoas e o seu não-preenchimento na terceira pessoa.

Os nossos resultados foram enviesados no que diz respeito a este grupo de fatores, já que a 1ª pessoa do plural e a 2ª pessoa do singular apresentaram pesos altíssimos de sujeitos nulos. Diante disso, foi necessário realizarmos o cruzamento deste grupo de fatores com o grupo *tipo sintático de oração*. Assim, pudemos constatar que esta apresenta apenas uma ocorrência contra nenhuma de sujeito preenchido em orações coordenadas, o que lhe conferiu 100% de ocorrências, não sendo representativo, entretanto, em nenhuma das demais ocorrências. A 1ª pessoa, por sua vez, também só é significativa com as orações coordenadas, com percentual de 79%. Podemos concluir, desse modo, que é o tipo sintático utilizado pelos falantes que está levando a haver um elevado índice de sujeitos nulos. Isso demonstra que os dados não podem falar por si só, sendo fundamental a interpretação feita pelo pesquisador, cujo papel é procurar explicações quando os resultados se mostram obscuros. Do mesmo modo, é com a coordenada que mais se realiza a 1ª pessoa do singular. As 3ªs. pessoas, por sua vez, se mostram significativas com quase todos tipos de oração.

Após registrarmos todos esses comentários fundamentais para este estudo, concluímos que é a 3ª pessoa do plural a que mais apresenta sujeitos pronominais nulos, e a única significativa no seu emprego, e a

1ª pessoa do plural a gente aquela com que menos estes se realizam, o que nos leva a constatar a oposição feita por Benveniste (1995) entre os pronomes, que possuem o traço [+pessoa] e o pronome de 3ª pessoa, a não-pessoa.

Tabela 5. - Sujeito nulo, de acordo com a pessoa e número gramaticais

Pessoa / número gramaticais	N	TOTAL	%	p.r.
3ª pessoa do plural	453	560	81	<b>0,61</b>
1ª pessoa do singular	144	558	26	0,48
3ª pessoa do singular	613	924	66	0,45
1ª pessoa do plural <u>a gente</u>	9	46	20	0,30

#### 4.6 O tempo e a forma verbais

Muitos estudos sobre o Parâmetro do Sujeito Nulo atribuem à “riqueza” da flexão verbal a propriedade de o sujeito não ser foneticamente realizado.

Por isso, línguas românicas, como o italiano, o espanhol, o romeno e o português europeu, permitem sujeito nulo, já que os sufixos flexionais do verbo são capazes de recuperar o conteúdo do pronome sujeito. Já uma língua como o inglês não o permite, por não ter uma flexão verbal “rica” e, portanto, não poder licenciar o sujeito nulo, uma vez que seu conteúdo referencial não poderá ser recuperado. Exemplificamos esse fato em (1) (cf. HAEGEMAN, 1994):

(19)

	<i>Inglês</i>	<i>Italiano</i>
1sg	I speak	(io) parlo
2sg	you speak	(tu) parli
3sg	s/he speaks	(lei) parla
1pl	we speak	(noi) parliamo
2pl	you speak	(voi) parlate
3pl	they speak	(loro) parlano

Chomsky (1981) assume que é a presença de concordância (*Agr(ement)* rica, que permite a identificação da referência/contéudo do sujeito, que licencia o sujeito nulo.

Apesar de isso parecer claro, a relação entre flexão verbal e língua de sujeito nulo não dá conta de todas as possibilidades de realizações/não-realizações pronominais de sujeito nas línguas existentes. A relação entre flexão rica e sujeito nulo deixa de ser concebida como a única forma no processo de licenciamento e recuperação do sujeito nulo a partir do trabalho de Huang (1984) sobre o chinês, língua que, embora permita sujeitos nulos, não tem concordância verbal.

Conclui-se que diferentes grupos de línguas requerem diferentes estratégias de licenciamento e identificação de sujeitos nulos e que a existência de paradigmas de concordância ricos em uma língua não é o bastante para que tal língua permita sujeitos nulos, uma vez que:

- (a) de um lado, há línguas, como o alemão, que apresentam flexão verbal de pessoa e número mais rica que a do português brasileiro (PB), mas não apresenta, todavia, sujeitos nulos;
- (b) por outro lado, uma língua, como o chinês, que não possui concordância, apresenta sujeitos nulos.

Tendo em vista os diferentes pontos de vista expostos acima, assumimos para o português brasileiro a proposta de análise unificada da distribuição do sujeito nulo (regra de controle generalizada), apresentada por Huang (1984). Dessa forma, o PB tem se comportado como o chinês, isto é:

- (a) por meio da correferência com um tópico discursivo:  
(5) Jorge<sub>i</sub> disse [que cy<sub>i</sub> chegará cedo à festa].
- (b) por meio da correferência com o sujeito da sentença matriz, em orações encaixadas:  
(6) Meu tio mesmo<sub>i</sub>, cy<sub>i</sub> foi pros Campinhos

O que podemos concluir, a partir das colocações feitas nesta subseção, é que o pronome nulo é licenciado em diferentes línguas de maneiras diversas, não sendo, portanto, a flexão rica a única forma existente para tanto.

Os sincretismos da morfologia verbal quanto à identificação das pessoas e da não-pessoa do discurso é uma variável que se tem relacionado com a maior presença de sujeitos pronominais realizados. Em PB, acontece sempre que há a neutralização da oposição que se esperaria haver entre a 1ª e a 3ª pessoa do singular do pretérito imperfeito, do mais-que-perfeito e do futuro do pretérito do Indicativo ou nos tempos do Subjuntivo. Nesses casos, por exemplo, nem mesmo a primeira pessoa se opõe às demais, como mostramos a seguir:

(20)

Modo Indicativo

Pretérito imperfeito

Eu estudava  
 Você estudava  
 Ele estudava  
 Nós estudávamos  
 Vocês estudavam  
 Eles estudavam

Pretérito mais-que-perfeito

Eu estudara  
 Você estudara  
 Ele estudara  
 Nós estudáramos  
 Vocês estudaram  
 Eles estudaram

Futuro do pretérito

Eu estudaria  
 Você estudaria  
 Ele estudaria  
 Nós estudaríamos  
 Vocês estudariam  
 Eles estudariam

Modo Subjuntivo

Presente

Estude eu  
 Estude você  
 Estude ele  
 Estudem(amos) nós  
 Estudem(m) vocês  
 Estudem(m) eles

Pretérito imperfeito

Se eu estudasse  
 Se você estudasse  
 Se ele estudasse  
 Se nós estudássemos  
 Se vocês estudassem  
 Se eles estudassem

Tal fato enfraquece a afirmação de que o português pode prescindir de pronome sujeito por já ter a indicação de pessoa expressa na desinência número/pessoa.

Se, por um lado, o presente e o pretérito perfeito do Indicativo permitem identificar algumas pessoas (cf. exemplo (21) abaixo); por outro lado, o pretérito imperfeito do Indicativo e do Subjuntivo não o permitem, conforme demonstrado acima, em (20).

(21)

Modo Indicativo

Presente

Eu estudo  
 Você estuda  
 Ele estuda  
 Nós estudamos  
 Vocês estudam  
 Eles estudam

Pretérito perfeito

Eu estudei  
 Você estudou  
 Ele estudou  
 Nós estudamos  
 Vocês estudaram  
 Eles estudaram

Em nossa análise, verificamos que são o pretérito imperfeito do Subjuntivo e o pretérito perfeito do Indicativo que apresentam maior valor para que o sujeito nulo aconteça.

Concluimos, dessa forma, que:

(a) embora os verbos no pretérito perfeito do Indicativo e no presente do Indicativo apresentem um paradigma flexional em que se pode identificar um maior número de pessoas por meio da desinência, o que favoreceria a ocorrência de sujeito nulo, verificam-se, por um lado, elevado peso relativo de sujeitos nulos com os verbos no pretérito, mas, por outro, baixo peso relativo com os verbos no presente;

(b) com relação ao pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito e futuro do presente do Indicativo, assim como ao presente e ao pretérito imperfeito do Subjuntivo, em que se esperaria um maior preenchimento do sujeito, tendo em vista a neutralização entre 1ª e 3ª pessoas<sup>10</sup> cuja desinência é a mesma, verificamos o seguinte comportamento que pode ser comprovado na tabela 3:

- o peso relativo de sujeitos nulos foi baixo com todos os tempos, exceto com o pretérito imperfeito do Subjuntivo, o qual apresentou o peso relativo mais alto de todo o grupo, 0,64;

<sup>10</sup> Lembramos que, em algumas variedades do português brasileiro, se dá a neutralização entre todas as pessoas.

- o futuro do presente do Indicativo não é significativo, apresentando peso relativo de 0,49.

Diante dos resultados comentados, devemos registrar que, de fato, a concordância não mais licencia o sujeito nulo, mas isso não significa que este deixou de existir no PB (como os pesos relativos atestam), em que o sujeito nulo ocorre por meio de outras estratégias aqui já mencionadas.

Tabela 6. - Sujeito nulo, de acordo com o tempo e forma verbais

Tempo e forma verbais	N	T	( %)	p. r.
Pretérito imperfeito do Subjuntivo	37	53	70	<b>0,69</b>
Pretérito perfeito do Indicativo	321	557	58	<b>0,61</b>
Futuro do pretérito do Indicativo	48	94	51	0,55
Pretérito imperfeito do Indicativo	115	216	53	0,50
Futuro do presente do Indicativo	40	69	58	0,49
Pretérito mais-que-perfeito do Indicativo	4	11	36	0,47
Presente do Indicativo	990	1913	52	0,46
Presente do Subjuntivo	31	67	36	0,43

## 5. Considerações finais

Percebemos, em nossos dados, que o sujeito nulo acontece de duas maneiras:

(a) por meio da correferência com um tópico discursivo, em orações matrizes. Nesse sentido, o PB estaria se assemelhando a uma língua, como o chinês, direcionada para o discursivo, e que apresenta sujeitos nulos a despeito da ausência de uma flexão rica para licenciá-los, conforme afirma Negrão (1996);

(b) por meio da correferência com um sujeito da oração matriz, em orações encaixadas.

Verificamos, a partir da análise dos dados, que o português brasileiro falado nesta comunidade não demonstra estar se afastando do grupo de línguas de sujeito nulo, mantendo-se em variação estável.

Numa interpretação sociolingüística, podemos afirmar que, embora o *input* obtido no VARB2000 não tenha sido muito significativo, 0,54, isso não aponta para a perda da propriedade do sujeito nulo na variedade lingüística de Vitória da Conquista, pois:

(a) nos grupos de fatores lingüísticos considerados, os pronomes nulos superaram os plenos;

(b) há contextos em que ainda não se pode preencher o sujeito, como em construções com verbos temporais, do tipo “(\*Ele) Chove.”; orações encaixadas cujo sujeito da matriz é um pronome indefinido ou quantificador do tipo “todo mundo”, “ninguém”.

Ressaltamos que se trata de hipóteses, visto que são diversos os fatores que podem atuar nesta comunidade de fala, mudando o curso a que se encaminha o sujeito pronominal nulo. Por algum motivo, os falantes podem inclusive optar por uma retroação no uso dessa variável.

Esperamos que este trabalho: (a) contribua para a discussão referente ao fenômeno do sujeito nulo *versus* sujeito preenchido no português brasileiro; (b) e provoque em outros pesquisadores questionamentos e análises tanto nesta comunidade lingüística como em outras que se encontram espalhadas pelo Brasil.

## 6. Referências bibliográficas

ALI, M. S. **Gramática secundária da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral**. Tradução Maria da Glória Novak e Luiza Neri. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995, p. 247-259.

CHOMSKY, N. Principles and Parameters in syntactic theory. In: HORNSTEIN, N.; LIGHFOOT, D. (Ed.). **Explanations in Linguistics**. New York: Longman, 1981.

CUNHA, C. F. da. **Gramática da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: FAE, 1986.

CYRINO, S. M. L.; DUARTE, M. E. L.; KATO, M. A. Visible subjects and invisible clitics in brazilian portuguese. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Ed.) **Brazilian portuguese and the null subject parameter**. Madri: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Verveurt, 2000, p. 55-73.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I., KATO, M. A. (Org.) **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993, p. 107-128.

\_\_\_\_\_. **A Perda do Princípio "Evite Pronome" no Português Brasileiro**. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 1995, 151f.

HAEGEMAN, L. **Introduction to Government and Binding Theory**. 2. ed. Cambridge: Blackwell, 1994.

HUANG, C.T. James. On the distribution and reference of the empty categories. **Linguistic Inquiry**, n. 15, p. 531-574, 1984.

KATO, M. A. Pronomes fortes e fracos na gramática do português brasileiro. **Revista Portuguesa de Filologia**, Coimbra: Portugal, Vol XX, p. 101-122, 2002.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MENON, O. P. S. Português: língua de sujeito nulo? In: **I CONGRESSO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA**. Salvador/BA, 1994.

NEGRÃO, E. & A. L. MÜLLER. As Mudanças no Sistema pronominal do português brasileiro: substituição ou especialização de formas? **D.E.L.T.A.**, São Paulo, n. 12 (1), p. 125-152, 1996.

NICOLAU, E. M. D. **As propriedades de sujeito nulo e de inversão no Português Brasileiro**. Tese de Doutorado. UNICAMP, 1995, 286f.

PAREDES SILVA, V. L. **Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal**. Tese de Doutorado em Lingüística. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil, 1988. 330f.

RAPOSO, E. P. **Teoria da gramática: a faculdade da linguagem**. Lisboa: Caminho, 2000.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX". In: ROBERTS, I., KATO, M. A. (Org.) **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993, 69-106.